



PLATFORM FOR INTERNATIONAL COOPERATION ON  
UNDOCUMENTED MIGRANTS

---

## PICUM TRIMESTRAL Abril – Junho 2015

[FRONTEIRAS](#)

[NAÇÕES UNIDAS](#)

[DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA](#)

[DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS](#)

[CUIDADOS DE SAÚDE](#)

[TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS](#)

[MULHERES NÃO DOCUMENTADAS](#)

[CRIANÇAS NÃO DOCUMENTADAS E SUAS FAMÍLIAS](#)

[DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO](#)

[PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS](#)

### FRONTEIRAS

#### **DADOS / Lista atualizada de mortes de migrantes e mapa interativo**

Para marcar o Dia Internacional do Refugiado, em 20 de junho de 2015, a rede *UNITED for Intercultural Action* publicou uma edição atualizada da sua Lista de Mortes de migrantes e refugiados nas fronteiras europeias, por violência ou recusa de acesso a serviços na Europa. A rede também publicou um [mapa](#) interativo que dá uma visão geral das mortes e pede à sociedade civil que proteste contra as políticas da UE que levam à morte de migrantes. De acordo com a rede, entre 1993 e 2015, pelo menos 22.000 mortes de migrantes e refugiados podem ser atribuídas a políticas restritivas. Os dados são recolhidos por meio de pesquisa própria, informações recebidas de 550 organizações da rede em 48 países e de peritos locais, jornalistas e pesquisadores no campo da migração. Para ver a lista de mortes, clique [aqui](#). Para o mapa interativo, clique [aqui](#).

#### **EUROPOL / Lançamento da Equipe de Investigação Conjunta MARE**

A Europol lançou, em 17 de março de 2015, a *Joint Operational Team (JOT) (Equipe de Investigação Conjunta) MARE*, um centro de inteligência marítima, com o objetivo de melhor identificar e localizar redes de contrabando que operam no mar Mediterrâneo. A JOT MARE está localizada na sede da Europol, em Haia, e terá a tarefa de levar a cabo ações coordenadas e orientadas para identificar redes de contrabando no Mediterrâneo. Treze Estados-

Membros participam desta equipe: Bélgica, Chipre, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Itália, Malta, Holanda, Portugal, Espanha, Suécia e Reino Unido.

Fontes: [Europol](#), 17 de março de 2015; [European Commission Press Release Database](#), 17 de março de 2015

### **FRONTEX / Análise de Risco Anual 2015**

A Frontex, Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia, publicou, em 28 de abril de 2015, o seu [Annual Risk Analysis Report](#) (Relatório de Análise de Risco Anual) de 2015. No relatório, a Frontex salienta que, ao longo de 2014, foi relatado um total de 280.000 detenções em passagens irregulares de fronteiras. O relatório também declara que a rota do Mediterrâneo Central continua a representar a área principal para passagens irregulares de fronteira, representando um total de 60% de todas as detenções de 2014. O relatório completo está disponível [aqui](#).

Fonte: [Frontex](#), 28 de abril de 2015

### **HUNGRIA / Planos de vedação da fronteira para evitar que migrantes e refugiados entrem no país**

A Hungria planeja construir um muro de quatro metros de altura e 175 km de comprimento ao longo da sua fronteira com a Sérvia para evitar que migrantes e refugiados entrem no país. Chefes da polícia húngara e sérvia encontraram-se a 22 de junho de 2015 e concordaram em tomar medidas conjuntas para evitar migrantes irregulares. Conforme o acordo, serão instaladas quatro câmaras térmicas do lado sérvio da fronteira e serão enviadas forças policiais adicionais para a fronteira da Sérvia com a Macedónia. O partido opositor Együtt disse que o governo "falhou em termos de humanidade" e que fere constantemente os interesses nacionais "ao isolar a Hungria dos nossos aliados ocidentais". O partido disse que era "inaceitável" o governo recusar-se a ajudar pessoas cujas vidas estão sob ameaça. Menos de uma semana depois, os planos para a construção do muro foram revelados, a Hungria anunciou que suspenderia a Convenção de Dublin, recusando assim receber migrantes e requerentes de asilo que entrassem na UE através da Hungria e fossem para outros Estados-Membros da UE. A Comissão Europeia exigiu uma explicação ao governo húngaro acerca das suas razões para desafiar as regras.

Fontes: [The Budapest Times](#), 26 de junho de 2015 ; [Euronews](#) 23 de junho de 2015

### **MEDITERRÂNEO / Mortes e operações de salvamento de milhares de migrantes continuam**

Milhares de migrantes foram salvos e mais de mil morreram no mar Mediterrâneo entre abril e junho de 2015. Estima-se que 700 migrantes se tenham afogado próximo às águas territoriais da Líbia a 19 de abril de 2015. Cerca de 440 pessoas morreram entre 11 e 15 de abril ao tentar atravessar para a Europa. De acordo com a guarda costeira italiana, em apenas 24 horas, mais de 4.200 migrantes que tentavam chegar à Europa foram salvos de barcos no Mediterrâneo, a 30 de maio de 2015. Foram salvos de barcos de pesca e botes de borracha em 22 operações que envolveram embarcações da Itália, Irlanda, Alemanha, Bélgica e Grã-Bretanha. A 2 de maio, a *Médecins sans Frontières* (MSF) e a operação privada humanitária de risco *Migrants Offshore Aid Station* (MOAS) iniciaram uma missão conjunta de busca e salvamento para salvar migrantes no mar Mediterrâneo. A operação está programada para se estender até ao final de Outubro de 2015. A 18 de junho de 2015, a *Human Rights Watch* (HRW) lançou o relatório "The Mediterranean Migration Crisis: Why People Flee, What the EU Should Do" ("A Crise da Migração no Mediterrâneo: Por que as Pessoas Fogem, O Que a UE Deve Fazer"). O relatório documenta abusos contra os direitos humanos nos países de origem dos migrantes, que levam as pessoas a atravessar o mar, bem como deficiências nas políticas de migração e de asilo da UE. Para fazer *download* do relatório completo, clique [aqui](#).

Fontes: [MOAS press release](#), 16 de maio de 2015; [Malta Today](#), 2 de maio de 2015; [The Guardian](#) 30 de maio de 2015; [The Guardian](#), 19 de abril de 2015

### **RELATÓRIO / Dossiê de Políticas para um sistema global de proteção humana**

A *Foundation for European Progressive Studies* (FEPS) publicou em maio de 2015 o Dossiê ["Migrants are not 'problems at sea': From corpse-free gates towards a comprehensive system of human protection"](#). O documento argumenta que, em vez de restringir ainda mais e punir o acesso à UE, deveria haver um programa de

reassentamento compulsório baseado num sistema de quotas. O documento enfatiza que aqueles que fogem de conflitos têm o direito legítimo à proteção e que os Estados-Membros deveriam cumprir com as suas responsabilidades de busca e salvamento. O documento está disponível [aqui](#).

Fonte: [FEPS](#), 8 de maio de 2015

### **ESPAÑHA / Lei sobre Segurança Pública aprovada pelo Parlamento estabelece regime especial para Ceuta e Melilha**

Uma nova Lei sobre Segurança Pública entrou em vigor na Espanha em 1 de abril de 2015. A lei altera o [Foreigners' Act](#) (Lei de Estrangeiros) e permite explicitamente a expulsão imediata e coletiva ("devoluciones en caliente") de migrantes sem o devido processo nas fronteiras meridionais espanholas em Ceuta e Melilha. Num acórdão proferido a 22 de abril de 2015 por um tribunal em Melilha, declara-se que a reforma da lei adotada dá "cobertura legal" às práticas de regresso levadas a cabo em Melilha. Está disponível [aqui](#) um vídeo da ONG Prodein que mostra uma deportação sumária de migrantes, envolvendo violência em agosto de 2014, feita pela Guarda Civil da Espanha. Entretanto, a organização *Asociación Pro Derechos Humanos de Andalucía* (APDHA) salientou, no seu relatório anual "Derechos Humanos en la Frontera Sur 2015" (Direitos Humanos na Fronteira Sul 2015), as violações dos direitos fundamentais que os migrantes estão a sofrer em Ceuta e Melilha, uma análise das cercas transfronteiriças, bem como a situação dos migrantes em Marrocos. O relatório anual publicado a 20 de abril de 2015 está disponível [aqui](#).

Fontes: [Abogacía Española](#), 15 de abril de 2015; [El Mundo](#), 22 de abril de 2015.

### **ESPAÑHA / Rapaz contrabandeado além da fronteira em mala devido à insuficiência financeira do pai para a reunificação da família**

Uma mulher marroquina foi apanhada a contrabandear um menino de 8 anos numa mala de mão ao passar a fronteira entre Marrocos e Espanha, em Ceuta, a 7 de maio de 2015. Pouco depois, o pai do rapaz, um migrante da Costa do Marfim que tem autorização de residência e trabalha na ilha de Fuerteventura, foi detido. De acordo com os requisitos espanhóis para a reunificação da família, os seus rendimentos de 1.131 € mensais não eram suficientes (por uma diferença de 50€) para trazer para Espanha o seu segundo filho de forma regular, juntamente com a mulher e a filha. O pai trouxe primeiro, para viver consigo, a mulher e a filha, de forma regular, e pagou a um passador para trazer o seu segundo filho para junto da família. A notícia foi manchete por todo o mundo ocasionando a elaboração de uma petição em favor da reunificação de toda a família, a qual foi assinada por mais de 50.000 pessoas em três dias.

Fontes: [Noticias](#) 7, de maio de 2015; [Süddeutsche Zeitung](#), 8 de maio de 2015

### **SUDESTE ASIÁTICO / Milhares de pessoas migram de barco para a Indonésia, Malásia e Tailândia**

Estima-se que entre 7.000 e 8.000 migrantes tenham sido presos no Mar de Andamão, principalmente vindos do Bangladesh e Birmânia, incluindo pessoas da etnia Rohingya que fogem da perseguição na Birmânia. De acordo com a UNHCR, mais de 25.000 pessoas fizeram a travessia do Mar de Andamão desde o início do ano. Os Rohingyas e as pessoas de Bangladesh fogem há anos da perseguição ou pobreza, mas o fenómeno tornou-se mais visível após a repressão às redes de contrabando na Tailândia. As marinhas da Indonésia, Malásia e Tailândia vêm afastando das suas costas os barcos de migrantes. Em resposta à pressão internacional, a Indonésia e a Malásia acordaram, a 20 de maio de 2015, em acolher milhares de migrantes que deram à costa até que eles possam retornar ao seu país de origem ou sejam instalados num outro país. A *International Organisation for Migration* (IOM) (Organização Internacional para a Migração) solicitou 26 milhões de dólares para ajudar mais de 10.000 migrantes no Mar de Andamão.

Fontes: [The New York Times](#), 20 de maio de 2015; [The International Organisation for Migration \(IOM\)](#) 26 de maio de 2015

## NAÇÕES UNIDAS

### NAÇÕES UNIDAS / UNHCR salienta os riscos na rota de migração dos Balcãs Ocidentais

O porta-voz da UNHCR expressou, durante um encontro de imprensa a 12 de junho de 2015, a preocupação da agência com os crescentes riscos enfrentados por um número cada vez maior de migrantes e refugiados na rota dos Balcãs Ocidentais para a UE (veja as notas do encontro [aqui](#)). De acordo com a Agência da ONU para Refugiados, entre 2012 e 2014, o número de pessoas que registraram a sua intenção de pedido de asilo nos Balcãs Ocidentais aumentou de 5.000 para 20.000. A situação é particularmente difícil na Antiga República Iugoslava da Macedónia. Um [relatório](#) da Channel 4 News, lançado a 5 de junho de 2015, revelou que milhares de migrantes são raptados por *gangs* na Macedónia e mantidos em casas isoladas para pedidos de resgate.

Fontes: [Balkans Insight](#), 8 de junho de 2015 ; [UNHCR](#), 12 de junho de 2015

### NAÇÕES UNIDAS / Novo relatório do Relator Especial para os direitos humanos dos migrantes

O Relator Especial das Nações Unidas para os direitos humanos dos migrantes, François Crépeau, publicou o seu relatório "Banking on mobility over a generation: follow-up to the regional study on the management of the external borders of the European Union and its impact on the human rights of migrants" (A/HRC/29/36) a 8 de maio de 2015. O relatório foca-se na proteção dos direitos dos migrantes nas fronteiras externas à União Europeia, salienta preocupações persistentes com os direitos humanos na região e questiona a viabilidade, a longo prazo, da política de migração global da União Europeia, sublinhando a necessidade de canais regulares para as pessoas migrarem para a UE.

Fonte: United Nations Human Rights, [29th regular session of the Human Rights Council](#)

## DESENVOLVIMENTOS DA POLÍTICA EUROPEIA

### COMISSÃO EUROPEIA / Agenda Europeia para a Migração

A Comissão Europeia publicou a sua [Agenda Europeia para a Migração](#) no dia 13 de maio de 2015. As prioridades descritas na agenda incluem: salvar vidas no mar triplicando o orçamento para as operações conjuntas do Frontex Triton e Poseidon; atingir as redes de passadores por meio de operações de segurança e defesa com vistas a identificar, capturar e destruir navios utilizados pelos passadores; maior responsabilidade compartilhada entre os Estados-Membros mediante reinstalação; e trabalhar em parceria com países terceiros. Além disso, a agenda descreve quatro pilares para melhor gerir a questão migratória: redução dos incentivos à migração irregular, nomeadamente aumentando a taxa de execução de deportações dos migrantes para os seus países de origem; gestão das fronteiras; uma política comum de asilo reforçada; e novas políticas sobre migração regular. Para obter mais informações sobre a Agenda Europeia para a Migração, clique [aqui](#).

### CONSELHO EUROPEU / Combate contra passadores e cooperação intensificada com os países de origem e de trânsito

A migração foi uma das principais questões discutidas pelos participantes durante a reunião do Conselho Europeu de 25 e 26 de junho em Bruxelas. O debate centrou-se no recente aumento do número de migrantes e refugiados que chegam pelo mar. Os chefes de Estado concluíram que intensificarão a cooperação com os países de origem e de trânsito e focar-se-ão na luta contra os passadores, o que inclui a nova operação naval da UE contra passadores e traficantes de seres humanos no Mediterrâneo intitulada "[EUNAVFOR Med](#)", que foi lançada pelo Conselho a 22 de junho de 2015. Organizações de direitos de migrantes e refugiados, como a ProAsyl, criticaram a operação militar por não resolver a necessidade de salvar vidas e por ir contra o Direito Internacional. O debate do Conselho Europeu focou-se também na redistribuição de 40.000 requerentes de asilo da Itália e da Grécia e na reinstalação de 20.000

refugiados (principalmente sírios e eritreus), que fugiram dos seus países mas não chegaram à UE. No total, 60.000 refugiados e requerentes devem ser realocados ou reinstalados por meio de um esquema que deverá ser definido até ao final de julho pelos ministros da administração interna da UE. Luxemburgo assume a Presidência do Conselho Europeu em julho, passando assim a ser responsável por liderar as negociações. O Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, referiu-se a um 'esforço modesto', tendo em conta o número de migrantes e refugiados em busca de protecção.

Fontes: [The Guardian](#), 26 de junho de 2015; [Euranet Plus](#), 26 de junho de 2015; [RTBF](#), 29 de maio de 2015; [ProAsyl](#), 22 de junho de 2015; [The Guardian](#), 15 de junho de 2015; [Le Monde](#), 15 de junho de 2015; [L'Humanité](#), 22 de junho de 2015

### **COMISSÃO EUROPEIA / Ficha informativa sobre “A Cooperação da União Europeia com a África em matéria de migração”**

A Comissão Europeia publicou a 22 de abril de 2015 uma ficha informativa sobre "A Cooperação da União Europeia com a África em matéria de migração". A ficha informativa apresenta uma visão geral da base jurídica para a cooperação entre a UE e África sobre a migração e da [Abordagem Global à Migração e Mobilidade \(GAMM\)](#), o quadro global da política externa da UE sobre migração e asilo. A ficha descreve ainda acordos políticos que estabelecem a cooperação com a União Africana, incluindo uma [declaração política sobre a migração e mobilidade](#) aprovada pelos chefes de Estado e de governo na Cúpula UE-África em abril de 2014 e o [Plano de Acção \(2014-2017\)](#) que se seguiu à declaração política.

Fontes: [New Europe](#), 1 de abril de 2015; [European Commission](#), 22 de abril de 2015

### **UE / Dois novos fundos para os Assuntos Internos da UE**

Os dois novos fundos, "Fundo Asilo, Migração e Integração" e "Fundo para a Segurança Interna", recebem 6.9 bilhões de euros para o período 2014-2020. Eles substituem os quatro fundos definidos para 2007-2013: o Fundo para as Fronteiras Externas, o Fundo do Regresso, o Fundo para os Refugiados e o Fundo para a Integração de Nacionais de Países Terceiros. Ao Fundo Asilo, Migração e Integração são alocados 3.1 bilhões de euros, e as suas áreas de enfoque incluem a melhoria da situação dos requerentes de asilo e das condições de vida dos migrantes documentados, bem como o reforço das políticas de regresso. O Fundo para a Segurança Interna recebe 3.8 bilhões de euros e está dividido em duas partes: uma delas destinada às fronteiras externas e vistos, a segunda dedicada à cooperação em matéria de aplicação da lei, prevenção e repressão da criminalidade, bem como da gestão de crise. Será dada prioridade à segurança e ao combate da migração irregular.

Fonte: [Nouvelle Europe](#), 7 de abril de 2015

### **PARLAMENTO EUROPEU / Briefing sobre “A Imigração Irregular na UE: Factos e Números”**

O Parlamento Europeu publicou, em abril de 2015, um *briefing* intitulado: "Imigração irregular na UE: factos e números". O *briefing* fornece números relativos à detecção de migrantes em situação irregular, ordens para abandonar o território e consequentes partidas (forçadas ou assistidas) nos Estados-Membros, ao longo de 2014. O relatório destaca que, de um total de 547.335 imigrantes irregulares detectados na UE em 2014, a maioria era proveniente da Síria, Eritreia e Afeganistão, com os cidadãos desses países a representarem um terço do total. O relatório também mostra que um total de 156.470 migrantes foram deportados ou ajudados a sair. O *briefing* está disponível [aqui](#).

## DESENVOLVIMENTOS NACIONAIS

### **GRÉCIA / Autarcas concordam em ajudar a acolher migrantes não documentados**

Os autarcas gregos garantiram o seu apoio ao plano do governo para lidar com o crescente fluxo de migrantes não documentados, ajudando na procura de alojamento, desde que o Estado financie as suas contribuições. A União Central dos Municípios da Grécia (KEDE) reuniu-se a 16 de abril de 2015 com a Vice-Ministra para a Política de Imigração, Tasia Christidoulopoulou, que pediu às autoridades locais que proponham locais e instalações onde grupos de 20 a 100 migrantes possam ser alojados temporariamente. O objetivo é transferir rapidamente imigrantes não documentados das ilhas gregas para o continente. O autarca de Atenas, Giorgos Kaminis, sublinhou que as obrigações devem ser partilhadas igualmente em todo o território grego e que deve ser procurada ajuda da UE.

Fonte: [Greek Reporter](#), 18 de abril de 2015; [Ekathimerini](#), 16 de abril de 2015

### **GRÉCIA / Comissão Parlamentar aprova projecto de lei da cidadania**

Uma Comissão Parlamentar aprovou, a 10 de junho de 2015, um novo projecto de lei que prevê a concessão de cidadania grega aos imigrantes de segunda geração. Espera-se que essa medida venha beneficiar menos de 100 mil pessoas. O projecto de lei determina que os candidatos têm de ter estado matriculados numa escola primária grega e que os seus pais tenham que ter residido oficialmente na Grécia pelo menos cinco anos antes do nascimento do requerente. Apesar de enfrentar alguma oposição, o projecto de lei foi apoiado pelos partidos SYRIZA, Potami, PASOK e Gregos Independentes.

Fonte: [Ekathimerini.com](#), 9 de junho 2015

### **ITÁLIA / Organizações apelam ao governo para que ponha em prática a descriminalização da migração irregular**

Depois de o Senado italiano ter votado, em janeiro de 2014, a favor da abolição do crime de entrada e permanência irregular (ver [Boletim PICUM de 27 de janeiro de 2014](#)), não foram tomadas as medidas de governo previstas para fazer entrar em vigor a despenalização no prazo de 18 meses. Por essa razão, um grupo de organizações, que inclui a Amnistia Internacional Itália, a Associação de Estudos Jurídicos em Matéria de Migração ("Associazione di studi giuridici sull'immigrazione"), a Em bom direito ("A buon diritto") e os Médicos para os Direitos Humanos ("Medici per i diritti umani"), escreveu no dia 28 de abril uma carta ao Presidente do Conselho Italiano pedindo a completa eliminação da imigração irregular como um crime do sistema jurídico. A criminalização da imigração irregular significava que os migrantes sem documentos corriam o risco de ter que pagar uma multa.

Fonte: [Stranieri in Italia](#), 4 de maio de 2015

### **PAÍSES BAIXOS / Abrigo apenas para migrantes não documentados que cooperem no processo de regresso**

O governo holandês aprovou a 22 de abril de 2015 uma nova política que prevê que se ofereça abrigo aos requerentes a quem foi recusado asilo e que colaborem no processo de regresso ao seu país de origem. A duração da estada nos centros é limitada a "algumas semanas". Aqueles que se recusarem a cooperar terão negado o acesso ao abrigo. Além disso, apenas as cinco maiores cidades estão autorizadas a fornecer abrigo, enquanto os outros municípios serão penalizados quando oferecerem esses serviços.

Fonte: [Overheid](#), 22 de abril de 2015; [Niederlande.net](#), 28 de abril de 2015; Migration News Sheet, maio de 2015

### **SÉRVIA / Migrantes não documentados e requerentes de asilo perseguidos e alvos de abuso por parte da polícia sérvia**

A polícia Sérvia violou repetidamente os direitos dos migrantes e requerentes de asilo, de acordo com um relatório da *Human Rights Watch* (HRW). A HRW entrevistou 81 imigrantes não documentados e requerentes de asilo, incluindo crianças, na Sérvia e na Macedónia, entre novembro de 2014 e janeiro de 2015, que relataram repetidas agressões, ameaças, insultos e regressos sumários e ilegais à Macedónia por parte da polícia Sérvia. Os migrantes foram também impedidos de requerer asilo e foram obrigados a ficar na rua ao frio, sem alojamento. A HRW



critica particularmente a negação da necessária proteção especial às crianças migrantes e salienta a responsabilidade do governo sérvio de aderir à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Fonte: [Human Rights Watch](#), 15 de abril de 2015

## CUIDADOS DE SAÚDE

### **IRLANDA / Cuidados de clínica geral gratuitos para crianças com idades até os cinco anos entra em vigor em julho de 2015**

O esquema de longa data do governo irlandês de cuidados de clínica geral gratuitos para crianças com idades inferiores a seis anos entrará em vigor em julho de 2015, depois de um acordo entre o governo e o representante dos médicos, a Organização Médica Irlandesa (Irish Medical Organisation, IMO). Cerca de 270.000 crianças poderão beneficiar-se do acordo. Atualmente todas as pessoas na Irlanda pagam por serviços de saúde primários, incluindo crianças, a menos que o rendimento dos seus pais seja inferior a um certo nível. Migrantes irregulares não podem requerer um cartão médico que autorize o titular a serviços gratuitos, significando que serviços de cuidados primários devem ser sempre pagos na sua totalidade. Sob as novas estipulações, todas as crianças menores de seis anos, independentemente do seu local de residência, serão elegíveis para cuidados de clínica geral gratuitos no local de prestação do serviço de saúde.

Fonte: [Department of Health, Press release](#), 29 de Abril de 2015; [RTÉ News](#), 10 de Abril de 2015; [Irish Times](#), 10 de Abril de 2015.

### **RELATÓRIOS / Significativas barreiras legais e práticas aos cuidados básicos de saúde para mulheres e crianças não documentadas na Europa**

A organização Médicos do Mundo (*Doctors of the World/ Médecins du Monde*, MdM) publicou novos relatórios sobre o acesso aos cuidados de saúde em maio de 2015. O relatório intitulado "Acesso aos cuidados de saúde por pessoas que enfrentam múltiplas vulnerabilidades de saúde ("Access to healthcare for people facing multiple health vulnerabilities") é baseado em dados recolhidos em programas do MdM que abrangem um pouco mais de 22.000 pacientes em 25 cidades europeias. O relatório inclui um foco em especial nas crianças e mulheres grávidas e identifica inúmeras barreiras, tanto legais como práticas, que elas enfrentam ao aceder a cuidados básicos de saúde por toda a Europa. De acordo com o relatório, acima de metade das mulheres grávidas inquiridas não tiveram acesso aos cuidados pré-natais até chegarem aos centros de MdM. As mulheres grávidas não-documentadas são elegíveis por lei a alguma forma de serviços de maternidade nos países pesquisados, mas a extensão do acesso varia largamente, e barreiras consideráveis existem na prática. O relatório desmascara o mito de que os migrantes vêm para a Europa por razões médicas, demonstrando que apenas 3% tinham migrado por motivos médicos. O MdM também publicou o seu relatório intitulado "Relatório legal sobre o acesso aos cuidados de saúde em 12 países" ("Legal report on access to healthcare in 12 countries") (Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Grécia, Luxemburgo, Países-Baixos, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia e Reino Unido). O objetivo é fornecer uma ferramenta para profissionais de saúde, investigadores, ONGs, legisladores e outros interessados, para uma melhor compreensão das barreiras legais e administrativas que impedem pessoas de aceder aos cuidados de saúde que necessitam. Para ver os relatórios, clique [aqui](#).

### **SUÉCIA / Avaliação intercalar da lei que estende a cobertura de saúde a migrantes não documentados**

A Agência Sueca para Administração Pública lançou, a 15 de abril de 2015, o seu [relatório](#) intercalar para avaliar a implementação da lei que regula o acesso aos cuidados de saúde dos migrantes não documentados e estendeu o nível dos serviços fornecidos ([Lei 2013:407](#); veja [PICUM-Boletim de 12 de Julho de 2013](#)). A Agência Sueca para Administração Pública descobriu que, de acordo com a Lei 2013:407, que entrou em vigor a 1 de julho de 2013, são oferecidos cuidados de saúde à maioria dos migrantes não documentados que procuram esses serviços. Mesmo assim, alguns obstáculos foram identificados. Esses incluem: a falta de informação e conhecimento entre

os profissionais de saúde em relação à nova legislação e como ela deve ser aplicada na prática clínica; a falta de procedimentos de apoio à administração e documentação de cuidados de saúde a migrantes não documentados, resultando em registos médicos inadequados; e dificuldades em interpretar a formulação "cuidados que não podem ser adiados". De acordo com a clínica de Médicos do Mundo em Estocolmo, a 20% dos pacientes não documentados ali recebidos foi recusado o acesso a serviços a que têm direito. Outra descoberta da Agência Sueca de Administração Pública é que a procura por cuidados de saúde entre migrantes não documentados estava sobrestimada quando a nova legislação foi introduzida. A Agência Sueca de Administração Pública também avançou com um número de recomendações no seu relatório intercalar. Essas incluem que os municípios devem atualizar as diretrizes sobre quem deve receber cuidados, garantir a acessibilidade à informação correta e fornecer mais formação aos profissionais de saúde, como também informação para migrantes não documentados. O relatório em sueco está disponível [aqui](#).

## TRABALHO E CONDIÇÕES DE TRABALHO JUSTAS

### **BÉLGICA / Sindicato da administração pública reivindica que subcontratantes respeitem os direitos sociais e laborais**

Por iniciativa da filial de Bruxelas da Confederação dos Sindicatos Cristãos (*Confédération des syndicats chrétiens*, CSC), a 2 de junho de 2015, um grupo de 50 pessoas, incluindo migrantes não documentados, reuniu-se para protestar contra o *dumping* social mediante a subcontratação. Migrantes não documentados são muitas vezes afetados pela subcontratação. A CSC reivindica um documento que relacione o contratador e o subcontratador de modo a certificar que os direitos sociais e laborais sejam respeitados. Os trabalhadores não documentados enfatizam que os empregadores lhes prometem a regularização, entretanto, eles continuam a trabalhar em condições abusivas e por salários muito baixos.

Fonte: [La Libre](#), 2 de Junho de 2015

### **BÉLGICA / Ratificação da Convenção 189 sobre Trabalhadores Domésticos**

A Bélgica ratificou a [Convenção 189 sobre os Direitos dos Trabalhadores Domésticos](#) da Organização Internacional do Trabalho (*International Labour Organization*, ILO) a 10 de junho de 2015. Em 16 de junho, o dia internacional dos trabalhadores domésticos, manifestações ocorreram pelo mundo reivindicando a ratificação da C189 e reformas trabalhistas, incluindo o direito ao salário mínimo e a proteção social para todos os trabalhadores domésticos, muitos deles mulheres migrantes não documentadas. Com as últimas ratificações da Bélgica, da República Dominicana, da Finlândia, do Panamá e do Chile, o número total de ratificações ascende a 21.

Fonte: OR.C.A, 11 de Junho de 2015 ([Francês](#)) ([Holandês](#)); [ITUC](#), 16 de Junho de 2015; [National Domestic Workers Alliance](#), comunicado de imprensa, 11 de Março de 2015

### **CAMPANHA / Enfatizando a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e as suas Famílias**

'Suba a Fasquia: Dignidade, Direitos, Desenvolvimento' ('Step It Up: Dignity, Rights, Development') é uma campanha global, lançada pelo Fórum Migrante na rede Asia e rede afiliada de organizações da sociedade civil, sindicatos, o Comité da Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias e a Organização Internacional do Trabalho, que ressalta a importância da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e os Membros das suas Famílias (Convenção sobre os Trabalhadores Migrantes do CTM/ONU). A campanha foi lançada antes do 25º aniversário da adoção do Convenção das Nações Unidas sobre os Trabalhadores Migrantes, a 18 de dezembro de 2015, e promove a sua ratificação. Para ver a página da campanha, clique [aqui](#).



### **ALEMANHA / Curta-metragem e livro sobre o tráfico humano na Alemanha**

A rede ONG alemã contra o tráfico de seres humanos (*Bundesweiter Koordinierungskreis gegen Menschenhandel e.V.*, KOK) publicou um curta-metragem e um livro, ambos intitulados “Tráfico Humano na Alemanha – Uma visão geral na prática” (“Human Trafficking in Germany – An Overview from a Practical Standpoint”), a 21 de maio de 2015. As publicações apresentam o trabalho da KOK e ilustram o complexo fenômeno do tráfico humano. No livro, aspectos legais e práticos estão conectados, e várias formas de exploração e de proteção de dados são referidas. O livro está disponível em inglês e alemão e pode ser encomendado [aqui](#) por 4€. O filme está disponível em alemão e pode ser visto [aqui](#).

Fonte: [Bundesweiter Koordinierungskreis gegen Menschenhandel e.V.](#), 13 de Maio de 2015

### **DOCUMENTO DE POSIÇÃO / Analisando os impactos da Diretiva Europeia sobre Sanções aos Empregadores**

A Plataforma para Cooperação Internacional sobre Migrantes em Situação Irregular (*The Platform for International Cooperation on Undocumented Migrants*, PICUM) lançou um documento de posição, a 1 de maio de 2015, que analisa os efeitos práticos da Diretiva Europeia sobre Sanções aos Empregadores (2009/52/EC). O documento examina como a Lei da UE foi aplicada na Bélgica, na República Checa, na Itália e nos Países Baixos. Entre outros, o documento recomenda o estabelecimento de um obstáculo entre a aplicação da lei da imigração e a ação dos inspetores do trabalho, que não deveriam ser obrigados a relatar migrantes não documentados às autoridades de imigração, de modo a garantir a denúncia segura de casos de exploração e o acesso à justiça. Para ver esse documento de posição, clique [aqui](#).

### **ONU / Nova base de dados de jurisprudência sobre o tráfico humano**

O gabinete das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (*United Nations Office on Drugs and Crime*, UNODC) estabeleceu uma base de dados de jurisprudência sobre o tráfico humano que oferece acesso público imediato a casos documentados oficialmente. Com a base de dados, o UNODC tem como alvo o aumento da visibilidade de acusações penais bem sucedidas e, ao mesmo tempo, a promoção para a sensibilização das realidades do tráfico humano. Para aceder à base de dados de jurisprudência, clique [aqui](#).

## **MULHERES NÃO DOCUMENTADAS**

### **DECLARAÇÃO / Reunião Internacional de interessados convocada pela Cruz Vermelha produz a Declaração sobre os Direitos das Mulheres Trabalhadoras Migrantes**

A Federação Internacional da Cruz Vermelha e das Sociedades do Crescente Vermelho (*The International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies*, IFRC) e as Sociedades Nacionais da Ásia-Pacífico, do Médio Oriente e do Norte de África encontraram-se na conferência de 12 a 13 de maio de 2015 para abordar o modo como providenciar uma melhor assistência humanitária aos migrantes trabalhadores – em particular, às trabalhadoras domésticas. A conferência resultou na Declaração de Manila sobre as Mulheres Trabalhadoras em Serviços Domésticos, o que delineia o compromisso de várias Sociedades Nacionais para uma maior colaboração, incluindo esforços para influenciar os seus respectivos governos e outros intervenientes a abordarem o assunto.

Fonte: [International Federal of Red Cross and Red Crescent Societies](#), 19 de Maio de 2015

### **SUÉCIA / Mulheres não documentadas que se tornam vítimas de violência doméstica poderão não adquirir apoio e proteção em seis em cada dez municípios**

De acordo com o barómetro sobre a violência contra as mulheres de 2015, publicado pela organização central de abrigos Unizon, a maioria das cidades não tem orientações concretas sobre como lidar com casos de mulheres não documentadas que são vítimas de violência. Seis em cada dez municípios suecos não podem garantir apoio e proteção a mulheres não documentadas que se tornam vítimas de violência. Alguns dos dirigentes municipais não têm a noção de que, devido a uma mudança na lei a 1 de julho de 2013 (lei SFS 2013:654), já não estão obrigados a

informar às autoridade de imigração quando entram em contato com migrantes não documentados e a relatar à Agência de Migração quando mulheres não documentadas os contactam para pedir ajuda. O relatório está acessível em sueco [aqui](#).

Fonte: [Sveriges Radio](#), 7 de Abril de 2015

## CRIANÇAS NÃO DOCUMENTADAS E SUAS FAMÍLIAS

### **UE / Parlamentares reivindicam uma nova Agenda para os Direitos da Criança da UE**

No dia 30 de Abril de 2015, o Intergupo do Parlamento Europeu dos Direitos das Crianças (Intergroup on Children's Rights of the European Parliament) publicou uma declaração reiterando a necessidade da Comissão Europeia em adoptar um sucessor para a Agenda da UE para os Direitos da Criança (EU Agenda on the Rights of the Child) que expirou em 2014. Na ocasião do 25º aniversário da Convenção das Nações Unidas para os Direitos da Criança (UN Convention on the Rights of the Child), em Novembro de 2014, o Parlamento Europeu também apelou à Comissão que desenvolvesse uma Agenda renovada para os Direitos da Criança. Leia [aqui](#) a declaração do Intergupo.

### **UE / MANUAL / Como pôr em prática a Recomendação da Comissão Europeia "Investindo nas Crianças**

O "Manual de Implementação – Pôr em prática a Recomendação Investir nas Crianças" (['Implementation Handbook – Putting the Investing in Children Recommendation into Practice'](#)) foi lançado no Parlamento Europeu a 1 de Abril de 2015. A publicação, pela Aliança para o Investimento nas Crianças, da UE, enfatiza a emergência do combate à pobreza infantil na Europa e demonstra como a recomendação da Comissão Europeia "Investindo nas Crianças: quebrando um ciclo de desvantagens" (['Investing in children: breaking the cycle of disadvantage'](#)) pode ser implementada na prática. Apresenta 15 exemplos promissores de políticas e práticas existentes na Europa que colocam as políticas da UE em acção. Dois dos exemplos abordam a inclusão de crianças migrantes não documentadas: o Legal Front Office – Legal Clinic model, na Itália, que pretende combater a pobreza infantil e a desigualdade por meio do melhoramento do acesso à justiça e de práticas e serviços inclusivos na Cidade de Barcelona, na Espanha. O manual e documentos associados estão disponíveis [aqui](#).

### **UK / Ministério do Interior recebeu ordem para providenciar o regresso de uma família da Nigéria deportada do Reino Unido**

O Ministério do Interior do Reino Unido foi condenado a localizar e transportar de volta para o Reino Unido uma mulher nigeriana e o seu filho de cinco anos. As despesas ficam ao encargo do Ministério do Interior, como forma de evitar o desrespeito aos procedimentos do tribunal. O caso refere-se a uma mulher nigeriana de 45 anos (conhecida como BF) que foi deportada com o seu filho de cinco anos (RA) em Janeiro de 2015, embora existissem evidências de problemas de saúde mental da mulher e o risco de a família ficar desamparada na Nigéria. O Comissário para os Direitos Humanos da Criança recorreu judicialmente a favor da criança contra a decisão de deportação. O julgamento entendeu que o Secretário de Estado tinha falhado por não ter priorizado os interesses de RA.

Fontes: [The Independent](#), 22 de Abril de 2015; [The Electronic Immigration Network](#), 22 de Abril de 2015; Coram Children's Legal Centre- Migrant Children's Project Newsletter, Abril de 2015

### **UK / Crianças presas à pobreza por um "sistema disfuncional"**

Um novo [estudo](#) intitulado "Proteger as Crianças da Indigência: respostas das autoridades locais a famílias sem recurso a fundos públicos" (['Safeguarding children from destitution: local authority responses to families with 'no recourse to public funds'](#)) foi lançado pelo COMPAS (Centro de Migração, Políticas e Sociedade da Universidade de Oxford - [Centre on Migration, Policy and Society at the University of Oxford](#)). Essa pesquisa explora a contradição entre um requisito na Lei de Imigração que exclui algumas famílias de aceder ao apoio social do estado (['no recourse to public funds'](#) (NRPF)) e uma previsão no [Children Act](#) 1989 (Secção 17) que exige que autoridades locais

providenciem a protecção e promovam o bem-estar de qualquer criança em necessidade, bem como que mantenham as famílias juntas. Esse estatuto NRPF afecta migrantes não documentados, bem como as suas crianças, mesmo quando estas são cidadãs britânicas. Dois terços (66%) das famílias apoiadas pelas autoridades locais analisadas eram não documentadas. As descobertas do estudo incluem o fato de que o apoio é negado a algumas famílias, enquanto algumas crianças que recebem apoio das autoridades locais passam por longos períodos de condições de vida precárias, com condições de sobrevivência abaixo dos níveis considerados mínimos para qualquer outra categoria de pessoas no Reino Unido. Leia o resumo [aqui](#) e o relatório completo [aqui](#).

## DETENÇÃO E DEPORTAÇÃO

### **BÉLGICA / Queda no número de deportações e regularizações**

O número de deportações na Bélgica caiu pela primeira vez desde 2010 como consequência dos cortes no orçamento. Em 2014, foram deportados 2.586 migrantes não documentados, comparado com 3.167 em 2013. O Escritório de imigração tem sofrido cortes orçamentais há alguns anos. Há dois anos, estava disponível um total de 600 lugares nos centros de detenção, comparado com os 480 de hoje. Apesar dos cortes orçamentais, o Secretário de Estado mantém a sua intenção de tornar a deportação de não documentados uma das prioridades da sua política de asilo e migração.

Fontes: Migrations News Sheet, Março de 2015; [La Dernière Heure](#), 27 de Fevereiro de 2015; [La Libre](#), 10 de Março de 2015

### **CONSELHO DA EUROPA / Lançamento da campanha para o fim da imigração e detenção de crianças**

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (PACE) lançou a Campanha Parlamentar para Extinguir a Detenção de Crianças (Parliamentary Campaign to End Immigration Detention of Children) durante um evento em Estrasburgo a 20 e 21 de Abril de 2015, marcando um compromisso de dois anos para trabalhar para o fim de detenções de crianças na Europa. A campanha segue a [PACE's verdadeiro marco](#) de 3 de Outubro de 2014 e convoca os Estados Membros a proibir a detenção de crianças migrantes e a implementar alternativas não privativas da liberdade e comunitárias para as crianças e suas famílias. A Liga Internacional de Detenção (International Detention Coalition (IDC)) estima que a cada ano são detidas cerca de 40.000 crianças na Europa.

Fonte: [End Immigration Detention of Children](#), Abril de 2015

### **FRANÇA / Organizações pedem o fim de práticas de detenção de crianças nas zonas de trânsito de aeroportos**

No dia 25 de Junho de 2015, a Anafé, o observatório de detenção de estrangeiros ([Observatoire de l'enfermement des étrangers](#), OEE), a Rede de Educação sem Fronteiras ([Réseau Education Sans Frontières](#), RESF) e o Jornal dos Direitos dos Jovens ([Journal du droit des jeunes](#)) escreveram uma [carta aberta](#) ao governo francês e ao parlamento para pedir o fim da detenção de crianças nas zonas de trânsito dos aeroportos. A carta surge após os recentes casos de duas meninas de 3 e 6 anos que passaram vários dias sozinhas no centro de detenção da zona de trânsito ([Zone d'attente pour personnes en instance](#), ZAPI) no aeroporto Roissy-Charles-de-Gaulle em Paris. Foram abertas investigações administrativas para observar esses casos. O Provedor também abriu uma investigação e pediu o fim da detenção de crianças migrantes na França. De acordo com a organização Anafé, existem 67 centros de detenção de zonas de trânsito na França, e o total de 350 crianças não acompanhadas foram detidas no Roissy airport em 2013.

Fontes: [Libération](#), 12 de Junho de 2015; [L'Express](#), 12 de Junho de 2015

### **PUBLICAÇÃO / Documento de Posição sobre a Directiva de Regresso da UE**

Dia 28 de Abril de 2015, a Plataforma para a Cooperação Internacional de Migrantes Não Documentados (PICUM) lançou um [Documento de Posição](#) sobre a Directiva de Regresso da UE ([2008/115/EC](#)). O documento realça a importância de garantir o cumprimento dos direitos fundamentais no controlo de migração e nos mecanismos de

regresso e apresenta exemplos oriundos de vários estados membros para ilustrar falhas nas práticas em curso, como a detenção sistemática e prolongada, a detenção de crianças e famílias e violações aos direitos humanos no contexto de procedimentos de regresso. Esse documento está disponível em [inglês](#) e [espanhol](#).

Fonte: [PICUM](#), 28 de Abril de 2015

#### **DOCUMENTO / Detenção ineficaz na redução de migração irregular**

Em Abril de 2015, a Liga de Detenção Internacional ([International Detention Coalition](#) (IDC)) publicou um documento com o título “A Detenção Dissuade?” (“Does Detention Deter?”). O documento demonstra não só que a detenção é ineficaz na redução da migração irregular como enfraquece outros resultados da gestão da migração, como a resolução de casos, a integração de pessoas cujos casos são aprovados e a partida de pessoas cujos casos são recusados. Mostra ainda que são necessárias políticas de desenvolvimento e a alocação de recursos direccionados para melhorar as perspectivas dos migrantes, aumentando vias regulares de migração e melhorando as condições de vida nos países de origem e/ou de trânsito. Para baixar o [documento](#), clique [aqui](#).

#### **RELATÓRIO / Análise da detenção de migrantes na região do Mediterrâneo**

Em Abril de 2015, o Projecto de Detenção Global ([The Global Detention Project](#)) lançou um documento de referência para realçar algumas das dificuldades encaradas pelos migrantes quando são mantidos em custódia na região do Mediterrâneo e para enfatizar como as políticas da UE impactaram o fenómeno migratório na região. O relatório foca oito países na Europa e no Norte de África (Itália, Malta, Espanha, Líbia, Tunísia, Egipto, Grécia e Marrocos) e providencia informações sobre as condições de detenção, números e tomadas de decisão relacionadas com cada um desses países. Pode ser acedido [aqui](#).

#### **EUA / Democratas exigem o fim da detenção de crianças e famílias, seguindo decisão judicial**

A 27 de Maio de 2015, a maioria dos Democratas da Casa dos Representantes enviou uma [carta](#) ao Secretário da Defesa Interna Jeh Johnson realçando os efeitos prejudiciais que a detenção de migrantes tem nas crianças e famílias, pedindo o fim das detenções familiares. Os signatários também expressaram a sua preocupação com o facto de crianças e mães serem detidas apesar de necessidade de sérios cuidados médicos. O tribunal federal proferiu uma decisão provisória ([tentative ruling](#)) em Abril de 2015, pelo Juíz Distrital Dolly Gee, na Califórnia, concluindo que as políticas de detenção de famílias violam partes de uma outra resolução do tribunal proferida há 18 anos, relativa à detenção de crianças migrantes. De acordo com memorandos que descrevem a decisão provisória, obtida pelo editor McClatchy, a decisão afirma que crianças e suas mães não podem ser mantidas em instalações não licenciadas, como em Karnes City ou Dilley, no Texas, e que é inapropriado manter detentos crianças e os seus pais, a não ser que existam riscos de segurança. A 20 de Fevereiro de 2015, o Juíz Federal James E. Boasberg ordenou que a administração Obama extinguisse a detenção sistemática de mulheres e crianças não documentadas. O Juíz James E. Boasberg do Tribunal Distrital Federal do Distrito de Columbia emitiu um embargo preliminar que proíbe a administração de deter migrantes apenas “com o propósito de dissuadir imigração futura”. Mais de 1.000 mulheres e crianças estão na detenção de imigração dos EUA.

Fontes: [Sputnik News](#), 28 de Maio de 2015; [New York Times](#), 20 de Fevereiro de 2015; [U.S. Immigration and Customs Enforcement](#), 13 de Maio de 2015

## PUBLICAÇÕES E OUTROS RECURSOS

### **PUBLICAÇÃO / Indicadores dos Direitos Humanos para Migrantes e suas Famílias**

Em Abril de 2015, o Grupo de Trabalho Temático (TWG) em Direitos dos Migrantes e Aspectos Sociais da Migração (Migrant Rights and Social Aspects of Migration), da KNOMAD, publicou um artigo intitulado “Indicadores dos Direitos Humanos para Migrantes e suas Famílias” (‘Human Rights Indicators for Migrants and their Families’). O artigo mostra que o uso de indicadores para os direitos humanos de migrantes pode facilitar a monitoração do progresso e a observância das obrigações legais; que o cumprimento dos direitos dos migrantes é uma ferramenta essencial para a integração em sociedades multiculturais; e que os indicadores dos direitos dos migrantes promovem a elaboração de políticas baseadas em factos. A série de artigos KNOMAD dissemina o trabalho em curso pela Parceria de Conhecimento Global das Migrações e Desenvolvimento (Global Knowledge Partnership on Migration and Development (KNOMAD)). O artigo está disponível em [inglês](#) e [espanhol](#).

### **RELATÓRIO / Relatório sombra sobre o crime racista na Europa**

Em Maio de 2015, a Rede Europeia Contra o Racismo (European Network Against Racism (ENAR)) publicou um Relatório Sombra 2013-14 sobre o crime racista na Europa. As descobertas do relatório revelam que não existe um levantamento sistemático de crimes racistas na Europa e que nalguns países a recolha de dados é inexistente. Organizações da sociedade civil na UE relataram um aumento de crimes motivados por racismo em 2013. O relatório também denota que as vítimas de crimes racistas são muitas vezes relutantes em reportar os crimes racistas à polícia. Isso é especialmente verdade para migrantes não documentados que muitas vezes não denunciam crimes por medo ou pelo risco de deportação. O relatório está acessível [aqui](#). Paralelamente ao relatório, a ENAR também lançou uma [animação](#) que apresenta algumas das principais conclusões.

Fonte: [ENAR Press statement](#), 6 de Maio de 2015